

Estados pedem mais repasses para a Saúde

Secretários lembram que cobertor é curto

O aumento dos repasses federais aos Estados na área da Saúde seria uma consequência muito bem-vinda da regulamentação da emenda constitucional que obriga a destinação de recursos específicos para o setor em todas as esferas de poder. Convergem para esse entendimento o secretário estadual de Integração Governamental, Luiz Rogerio Magalhães, e o secretário de Saúde de São Paulo, Luiz Roberto Barradas Barata. Para eles, quando se trata de gastos na Saúde, o cobertor é sempre curto face às carências e exigências da população.

Os secretários afirmam que seus Estados já cumprem fielmente a determinação da emenda de destinar 12% de suas receitas para a Saúde. De acordo com o texto aprovado na Comissão de Seguridade Social da Câmara, a percentagem obrigatória da União é de 10%. Isso

representaria um total de R\$ 34 bilhões anuais.

— O setor de Saúde sempre carece de recursos. Quanto maior o problema social, maior o gasto. Por isso a conta nunca fecha — afirma Luiz Rogerio Magalhães.

Luiz Barradas Parada, secretário de Saúde de São Paulo, afirma que os governos estaduais vêm reivindicando mais recursos para a ampliação do teto financeiro pago pelo SUS aos Estados, para tornar maior e mais eficiente o atendimento.

O secretário de Saúde de Minas Gerais, Marcus Vinícius Pestana considera que a proposta, ainda em tramitação, precisa especificar com clareza quais são as receitas e despesas aceitas para que a percentagem seja aplicada. Uma das definições necessárias é se as despesas em obras de saneamento podem ser computadas como gastos com saúde.